



EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

Defesa Civil sai da Secretaria de Segurança e migra para gabinete do governador

Em decreto publicado ontem à tarde em edição extra, o governador Ibaneis Rocha (MDB) transferiu a estrutura da Defesa Civil da Secretaria de Segurança Pública para o seu próprio gabinete. O órgão se desvincula das políticas estratégicas da área de segurança para ganhar um viés mais político. Em almoço com bombeiros, o deputado Roosevelt Vilella (PSB — foto), chegou a comentar — e comemorar — a mudança. No mesmo *Diário Oficial*, Ibaneis extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento do Entorno e todos os cargos deverão ser levados em para a Defesa Civil, com indicações de Roosevelt. A Defesa Civil é responsável pela gestão de ações em desastres e situações de calamidade pública, além de fazer o acompanhamento das áreas de risco. Também realiza e apoia ações humanitárias. Para tanto, sempre conta com apoio das Forças de Segurança Pública. Boa parte de seus quadros é integrada por bombeiros militares, carreira do deputado do PSB, ex-aliado do ex-governador Rodrigo Rollemberg. Os dois políticos se afastaram quando Roosevelt retirou assinatura da CPI da Pandemia, na Câmara Legislativa.

Reprodução/Facebook



Minervino Júnior/CB/D.A Press



Jogo termina nas eleições

Por causa da pandemia, vai ser difícil avaliar os avanços ou retrocessos na gestão da saúde pública durante a campanha. A avaliação será toda direcionada à criação de vagas em UTI para covid-19 e na vacinação. Se a população estiver imunizada até as eleições e a crise arrefecer — que aliás é o que todos esperam — o governador Ibaneis Rocha (MDB) chegará forte em 2022, mesmo com os percalços ao longo do caminho. Neste caso, é a história da importância do resultado no fim da partida.

Bloqueio

A Justiça decretou o bloqueio dos bens e contas dos investigados na Operação Dinheiro Sujo, que apura fraudes e cobrança de propina em contratações de empresas de lavanderia pela Secretaria de Saúde do DF, entre 2013 e 2016. A medida vale até o montante de R\$ 54.075.227,14. Entre os alvos, estão os ex-secretários de Saúde Rafael Barbosa e Elias Miziara, o ex-subsecretário de Administração Geral Túlio Roriz e os empresários Nabil Dahdah, Ricardo Castellar e João Paulo Teo, vinculados às empresas NJ Lavanderia, Acqua Premium e Lavebrás, que prestavam serviço de lavanderia hospitalar.

Trocada

A deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) reclamou pelo Twitter de ter sido retirada da Comissão do Voto Impresso pelo comando de seu partido. “É absurdo irem contra algo que torna a eleição brasileira mais moderna e transparente”, defendeu.

Reprodução



Operação “Homines Venandi”

O governo de Goiás produziu um vídeo promocional da caçada ao criminoso Lázaro Barbosa, morto com 39 tiros. “Competência, garra, força”. Assim o secretário de Segurança de Goiás, Rodney Miranda definiu a Operação “Homines Venandi” (Homens Caçando). Segundo ele, houve integração e dedicação total entre as forças de segurança de Goiás, Distrito Federal e do governo federal. A captura de Lázaro foi tratada como “a maior caçada da história da polícia”, com uma área mapeada correspondente a 100 mil campos de futebol. Foram 20 dias de busca nas matas. Lázaro vai se tornar uma lenda. Um único homem e todo esse aparato. Hoje a população quer saber: quem dava estrutura para a fuga, quem ordenou as mortes e quais os interesses envolvidos? Ele agiu sozinho? O fato de as pessoas na região de Cocalzinho (GO) se sentirem mais seguras agora é importante, mas, somente com todas as respostas para esse caso, a missão estará cumprida.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Toda a população do DF estará vacinada até o fim do ano?

“Há 3 anos, Zé Dirceu dizia que era possível vencer as eleições sem o povo. Agora seus ajudantes não aceitam a transparência no voto. Coincidência?”

Deputada Carla Zambelli (PSL-SP)

“O presidente acusado de rachadinha, seu governo investigado por propina na compra de vacinas e a base tentando tumultuar as redes com essa falcatrua do voto impresso. É o desespero da cortina de fumaça para tentar esconder a lama da corrupção”

Deputado distrital Leandro Grass (Rede)



Correio Braziliense/Reprodução



SÓ PAPOS



Minervino Júnior/CB/D.A Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FISCALIZAÇÃO / Secretaria DF Legal recolheu, em seis meses, grande número desse material irregular e aplicou R\$ 110 mil em multas. Águas Claras é a principal região com esse tipo de instalação, devido à grande oferta de venda e aluguel de apartamentos

9,8 mil faixas retiradas das ruas

» JÉSSICA MOURA

A cada meia hora, uma faixa irregular é recolhida das ruas do Distrito Federal pelos órgãos de fiscalização. No primeiro semestre do ano, 9.866 placas desse tipo foram retiradas dos canteiros e avenidas pela Secretaria DF Legal. A pasta tem reforçado a atuação para coibir a prática.

“A gente tinha diminuído as ações por causa das fiscalizações da covid, mas, agora, estamos intensificando as ações diárias”, explica o subsecretário do DF Legal, Ribamar de Sousa. Três equipes de duas pessoas se revezam no patrulhamento, que é feito quatro vezes por semana nas 33 regiões administrativas. “Percebemos que as pessoas não estavam mais obedecendo, aumentou muito, a fiscalização já não estava combatendo como combatia. As pessoas perceberam a diminuição e voltaram a cometer o delito”, frisa.

Além da patrulha, a retirada de faixas ocorre em parceria com as administrações regionais, que também recolhem os objetos. A cidade campeã de apreensões é Águas Claras, com 1.775 faixas.

Acácio Pinheiro/Agência Brasília



As faixas irregulares podem atrapalhar a visão de motoristas e provocar acidentes

Por isso, esse é um dos focos da fiscalização, uma vez que a maior parte dessas propagandas irregulares são de venda ou aluguel de apartamentos.

“Águas Claras e Sudoeste são lugares que têm muita demanda, as pessoas insistem em colocar as faixas. O pessoal que dá muito trabalho são os corretores de imóveis, são difíceis de a gente encontrar, a gente liga, marca e eles desaparecem. Quando é uma empresa com local fixo, dá para atuar”, diz Ribamar de Sousa.

Outras propagandas são oferta de revisão de trabalhos acadêmicos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e até serviço de despachante para legalizar arma de fogo. “Chama também nossa atenção anúncios de pessoas que se oferecem para limpar o nome dos outros, limpeza de sofá, autônomos que dão muita dificuldade para a gente, abrem salas, mas nem ficam no local, não atendem o telefone. Temos uma dificuldade para identificá-los, mas, uma hora, a gente pega”,

assegura o subsecretário.

Quando os agentes recolhem as faixas, entram em contato com as empresas responsáveis pelo anúncio. Elas são notificadas da autuação por correio ou pelo *Diário Oficial do Distrito Federal*. No entanto, quando se trata de pessoa física, a identificação dos autores é mais complicada.

Prática proibida

Em Águas Claras, é comum que as faixas e placas tomem os

canteiros, sobretudo nos finais de semana. Ribamar Sousa confirma que, a partir da sexta-feira, mais anúncios são instalados. O subsecretário do DF Legal alerta que colocar o material nas ruas é considerado infração de leis distritais. A multa para quem infringir a determinação varia de R\$ 623,46 a R\$ 1.870,57, dependendo da gravidade e localização da área comprometida. Neste ano, as multas aplicadas pelo DF Legal somam R\$ 110 mil.

A Lei nº 3.036/2002 proíbe a instalação das faixas de propaganda em áreas públicas, como, por exemplo, nos canteiros centrais, de cavaletes em área pública, em Áreas de Preservação Permanente, em árvores ou arbustos, estradas, trevos, viadutos e pontes. Além da multa, as penalidades vão desde advertência até o cancelamento do alvará de funcionamento ou do licenciamento do infrator.

Por ser tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade, o Plano Piloto possui uma legislação específica para tratar do assunto. Todo o material irregular é recolhido e levado para o depósito da Secretaria DF Legal. No local, ficam retidos

por 30 dias, até que seja retirado pelo responsável. Após o prazo e não havendo o recolhimento, o material pode ser doado ou levado ao lixão do Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

Depois de retiradas, partes das placas podem ser reaproveitadas: estacas de madeiras são encaminhadas para os parques de Águas Claras, Areal ou Samambaia e usadas como suportes de plantas.

Mais do que a poluição visual, as faixas irregulares representam perigo aos motoristas. “Pode ocasionar acidentes”, lembra Ribamar. “As pessoas têm que se conscientizar de que uma hora serão pegos. Têm que entender que, com esse tanto de tecnologia, não é possível a gente ficar poluindo a cidade”, finaliza.

Ranking

Faixas recolhidas por cidade em 2021

1º Águas Claras	1775
2º Gama	1133
3º Taguatinga	972
4º Samambaia	957
5º Guará	719

Fonte: DF Legal